

Fazendo História

JORNAL DO BRASIL

A economia brasileira vive momento excepcional. Os indicadores comprovam o êxito espetacular do governo Lula na condução dos principais fundamentos macroeconômicos. Os números são insofismáveis. A cotação do dólar desabou de R\$ 3,80 para R\$ 2,90. O decantado risco-Brasil também desceu a ladeira: 2.400 para 775 pontos. A inflação, depois de ameaçador repique, volta a níveis seguros e não deve passar de 0,5% neste mês de maio. A reação espetacular repôs o Brasil no mapa dos grandes investidores. A captação externa atingiu a marca de US\$ 7,5 bilhões. E os títulos da dívida foram cotados na sexta-feira a 88,89% do valor de face, num recorde histórico de valorização.

Os temores que antecederam a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva estão definitivamente sepultados. Diante do desempenho sólido, o mercado financeiro tomou-se de paixão pela administração petista. Não faltam motivos. O governo Lula não só manteve os rumos da política econômica como assumiu firme compromisso com três fatores cruciais: superávit fiscal de 4,25% do PIB, programa realista de metas inflacionárias e manutenção do câmbio flutuante. O dever de casa em torno deste tripé foi bem-feito pela equipe econômica e os resultados aí estão.

No que tange ao câmbio, a valorização do real foi tão aguda que analistas se apressaram em sugerir a intervenção do Banco Central. Temiam e dizem temer que a apreciação prejudique as exportações. Não entendem que,

em regime de liberdade cambial, altas e baixas do real são naturais. Distorções eventuais são corrigidas pelo próprio mercado. O Estado pode, sim, intervir quando houver evidência de manipulação. Como não é este o caso, faz bem o presidente Lula ao enfatizar que o câmbio flutuante será preservado. Não precisa, porém, dizê-lo todo o dia.

No capítulo das metas inflacionárias, cabe ressaltar que o ajuste externo só vai se consolidar quando a inflação de fato cair. Enquanto houver risco para investimentos externos, o país sempre pagará algo a mais. E conviverá com déficits de conta corrente. Internamente, o superávit primário dá importante contribuição, à medida que é capaz de reduzir a dívida líquida do setor público como proporção do PIB.

O equilíbrio fiscal é fundamental para a saúde da economia. Engana-se quem acredita que basta aumentar a arrecadação. É necessário melhorar a política de gastos e descontingenciar o orçamento da União. Vale lembrar também que a reforma tributária contém um sério viés. Ao consolidar o ICMS, elimina a competição fiscal entre os Estados. Torna o ICMS asséptico, retirando dos Estados a capacidade de atrair investimentos.

De modo geral, porém, o governo está no caminho certo. Sua estratégia será capaz de relançar a economia. Os juros cairão por consequência. Se as reformas passarem pelo Congresso, o presidente Lula, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, entrarão para a história.